distribuição. É o relatório. DECIDO. Compulsando os autos, verifica-se que, muito embora a petição inicial tenha sido endereçada ao Juízo da Vara Especializada da Fazenda Pública, a demanda foi equivocadamente distribuída a esta Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular. Pois bem. Desde já, anoto que o arquivamento da presente ação é medida que se impõe. Ocorre que, no processo eletrônico, a atribuição para cadastramento do feito é das próprias partes, através de seus patronos, sendo que o correto preenchimento dos dados, classes e assuntos processuais é essencial para a distribuição da ação ao juízo competente. Com efeito, dispõe a Resolução TJ-MT/TP nº 03, de 12 de abril de 2018, a qual regulamentou o Processo Judicial Eletrônico no âmbito da 1ª e 2ª Instâncias do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, em seu art. 26: “Art. 26. Na propositura da ação é obrigatória a identificação da classe processual, o preenchimento dos dados estruturados exigidos pelo Sistema PJe, bem como o registro dos assuntos respectivos aos pedidos com observância das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, conforme Resolução n. 46, de 18.12.2007, do Conselho Nacional de Justiça.” Da mesma forma, acerca da distribuição dos feitos, dispõe o art. 40: “Art. 40. A distribuição da petição inicial no Sistema PJe será feita diretamente por aquele que tenha capacidade postulatória, sem necessidade da intervenção do distribuidor de feitos ou da secretaria, situação em que a autuação ocorrerá de forma automática, mediante recibo eletrônico de protocolo, disponível permanentemente para guarda do peticionante.” Dessa forma, é responsabilidade da parte, por meio do seu respectivo advogado, efetuar a correta alimentação do sistema no ato de cadastramento do feito, de maneira que, não o fazendo e vindo o processo a cair em Juízo incompetente, deverá diligenciar para realizar nova distribuição ao Juízo competente. Ressalto que, após detida reflexão sobre o assunto, sedimentei o entendimento de que casos como o presente, de distribuição equivocada do feito em razão de erro no cadastramento do Sistema PJE, não devem ser tratados como situação que enseja declínio de competência. Destarte, o declínio de competência deve ocorrer quando, direcionado intencionalmente um feito a determinado juízo, esse juízo se convença não ser o competente [em caráter absoluto] para processar e julgar a demanda proposta. Porém, esse não é o caso dos autos. Isso porque restou asseverado pela própria parte autora na exordial que a presente ação é de competência da Vara Especializada da Fazenda Pública. Anoto que, acaso fosse determinada a redistribuição do feito neste momento, é extremamente provável que se ensejasse o fenômeno da litispendência, haja vista que a parte autora pode já ter proposto nova demanda no Juízo competente. Aliás, friso que essa atitude [nova propositura da ação pela própria parte] é medida mais célere do que aguardar por eventual decisão judicial que venha, no presente feito, determinar a sua redistribuição e, posteriormente, aguardar pela efetiva realização do ato de redistribuição pela Secretaria desta Vara. Por oportuno, ressalto que corrobora, ainda, com a determinação do arquivamento do presente feito [ao invés da redistribuição] o fato que a simples redistribuição impactaria negativamente na META 01 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ [impulsionar o julgamento de “quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”], na medida em que, mesmo redistribuídos, os feitos incorretamente distribuídos a este Juízo permaneceriam sem baixa em razão da ausência de prolação de sentença. Deste modo, este Juízo da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular é incompetente para conhecer, processar e julgar a demanda apresentada, o que, diante dos fundamentos expostos, impõe a extinção do feito sem resolução de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Ante o exposto, DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo para processar e julgar a presente ação e, por conseguinte, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, ressalvando à parte autor o direito de postular seu direito no Juízo competente. Sem condenação em custas e honorários. Registrada nesta data no sistema informatizado. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 14 de Abril de 2020. BRUNO D'OLIVEIRA MARQUES Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO CÍVEL

Processo Número: 1061308-50.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo: Advogado(s) Polo Ativo:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE)

Parte(s) Polo Passivo:

J. J. P. B. (REQUERIDO)

M. S. D. C. (REQUERIDO)

S. D. C. B. (REQUERIDO)

P. J. N. (REQUERIDO)

Outros Interessados:

T. I. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Proc. 1061308-50.2019.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de pedido de protesto judicial, ajuizada pelo Ministério Público Estadual, em face de Silval da Cunha Barbosa; Pedro Jamil Nadaf; Marcel Souza de Cursi e João Justino Paes de Barros, todos devidamente qualificados nos autos, com a pretensão de interromper o prazo de prescrição previsto no art. 23, I, da Lei 8.429/92, visando prevenir futura responsabilidade dos requeridos, em razão de suposta fraude e prática de ato de improbidade administrativa, por afronta aos princípios da administração pública. Pretende, também, manifestar a intenção de ingressar futuramente com a Ação Civil de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa. Narrou na inicial, que por meio do ICP-SIMP n. 000331-023, se encontra sob apuração a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa, decorrente de suposta fraude envolvendo todos os requeridos, empresas e os agentes públicos, quando da realização de contratos com o Governo do Estado de Mato Grosso. Asseverou que agentes públicos do governo do Estado de Mato Grosso atuaram para o cometimento de supostas irregularidades na aplicação dos recursos públicos provenientes do Contrato nº. 002/2014, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada em prestação de serviços em horas/máquina, para abertura de poços e trincheiras nos alvos gerados pelos trabalhos de prospecção, geoquímica, geofísica, para atender demanda específica da METAMAT. Saliu que devido a necessidade de ainda realizar varias diligencias para esclarecer os fatos, fez-se necessário o ajuizamento desta ação, com o objetivo de interromper o prazo prescricional previsto no art. 23, I, da Lei 8.429/92, que ocorreria em 31/12/2019. Aduziu que o protesto judicial “é um dos meios hábeis a obstar a ocorrência da prescrição da ação civil de responsabilidade pelos atos ímprobos”, conforme dispõe o art. 202, II, do Código Civil e art. 726, “caput”, parágrafo 2º., do Código de Processo Civil. Prosseguiu descrevendo os atos em tese praticados pelos requeridos e, ao final, pleiteou que seja efetivada a intimação pessoal de todos os requeridos, para que tomassem ciência formal da interrupção do prazo prescricional da ação de responsabilidade por ato de improbidade, sobre a responsabilidade destes em relação aos fatos descritos e sobre a demonstração formal da sua intenção em ajuizar a ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa, tão logo finalizadas as investigações. A ação foi recebida em 10/01/2020, tendo sido determinada a notificação dos requeridos, na forma pleiteada na inicial (art. 726, parágrafo 2º, do CPC). Expediu-se o edital de intimação para conhecimento de terceiros (ID 28109106 e ID 30116422). Contudo, diante da distribuição de outros processos, com objetivo semelhante a este, ao juízo Titular I desta Vara Especializada, Dr. Bruno D'Oliveira Marques, verifico a necessidade de mudar meu posicionamento anterior, visando resguardar a equidade e isonomia entre as decisões proferidas neste juízo e, especialmente, após analisar os fundamentos contidos nas decisões do referido juízo, em ações com o mesmo pedido e causa de pedir, do qual adotarei em minhas futuras decisões sobre o tema. Assim, chamo o feito à ordem e, revogo a decisão contida no id. 27911910 e, na oportunidade, passo a demonstrar as razões do meu novo posicionamento. Esclareço, primeiramente, que há a existência de jurisprudência admitindo o cabimento da ação de protesto judicial, com o fim específico de se interromper a prescrição em ações de improbidade administrativa, pois, por isso, num primeiro momento, acatei os argumentos do requerente. Contudo, outros fatos relevantes devem ser considerados, pois não obstante a doutrina majoritária entenda que a ação de improbidade administrativa tem natureza cível, o art. 12, da Lei nº 8.429/92, ao tratar “das penas” pela prática do ato ímprobo, é heterogêneo, uma vez que impõe cominações que alcançam não só a pretensão referente ao ressarcimento, como também a outras sanções como: perda da função pública; a suspensão de direitos políticos; proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, além de multa civil. As cominações de cunho não ressarcitório, mesmo tendo natureza civil, ou seja, aquelas que não visam à perda dos bens e/ou valores ilícitamente acrescidos ao patrimônio ou o ressarcimento integral dos danos causados ao erário, tratam-se de cominações

sancionatórias, de caráter nitidamente repressivo. Outrossim, no campo jurisprudencial, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em recente julgado, entendeu que, dada a natureza constritiva e restritiva de direitos das sanções previstas na Lei 8.429/92, a ação cautelar de protesto não se aplica às ações de improbidade administrativa. Veja-se: “ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PROTESTO. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. NÃO CABIMENTO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NATUREZA CONSTRITIVA E RESTRITIVA DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.429/92. AUSÊNCIA DE LEGÍTIMO INTERESSE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92) estabeleceu, em seu art. 23, incisos I e II, prazo prescricional para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, cujas regras processuais e procedimentais encontram-se ali traçadas, inexistindo qualquer previsão acerca da prescrição intercorrente. 2. Impossibilidade de manejo da ação de protesto com vista a interromper a prescrição no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa em razão da natureza punitiva das penas previstas na Lei nº 8.429/92, as quais constroem e restringem direitos do requerido, de sorte que o exercício da ação não pode ser prorrogado por inércia ou pelo conhecimento tardio dos fatos por parte do Ministério Público Federal (AC 0000069-89.2014.4.01.3908/PA, Rel. Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, Terceira Turma, e-DJF1 de 29/06/2018; AC 0000072-44.2014.4.01.3908, Rel. Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, Terceira Turma, e-DJF1 de 29/06/2018; e AC 0000073-29.2014.4.01.3908, Rel. Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, Terceira Turma, e-DJF1 de 29/06/2018). 3. Apelação não provida”. (TRF 1ª R.; AC 0000844-86.2017.4.01.3201; Terceira Turma; Relª Desª Fed. Mônica Sifuentes; DJF1 31/05/2019). Também, no mesmo sentido, ao tratar de outro artigo do Código Civil, o art. 191, o doutrinador José dos Santos Carvalho Filho pontua que o instituto da renúncia é inaplicável à prescrição da improbidade, apontando como fundamento justamente a “natureza da relação jurídica entre a Administração Pública e o administrado, que é tipicamente de direito público”. Assim pontua: “Finalmente, a renúncia da prescrição, como se pode observar nos termos da lei civil, é própria do direito privado e traduz eficácia adequada à relação entre credor e devedor. Não caberia, portanto, que, consumado o prazo prescricional, o agente que cometeu o ato de improbidade viesse a renunciar à prescrição, tanto de forma expressa, quanto tacitamente, pela prática de ato incompatível com o fenômeno prescricional. Consumada a prescrição, não há mais ensejo para que os legitimados deduzam a sua pretensão condenatória de improbidade, ressalvada, é claro, a hipótese de ressarcimento de prejuízos, que espelha pretensão imprescritível”. [1] Desta forma, verifico que as normas contidas no Código Civil, enquanto destinadas a disciplinar as relações estabelecidas entre particulares, não devem ser aplicadas extensivamente às relações que envolvam a Administração e/ou o Direito Público, como àquelas contidas na LIA. O requerente, neste caso, ajuizou a presente ação de protesto judicial, com o único objetivo de interromper a prescrição do prazo previsto no art. 23, inciso I, da Lei Federal nº 8.429/92. Conforme exposto na inicial, o requerido Silval da Cunha Barbosa ocupou cargo eletivo de Governador do Estado até o final do ano 2014, assim como o requerido Pedro Jamil Nadaf também ocupou cargo comissionado de Secretário da SICME até a mesma data, razão pela qual “o prazo prescricional para o ajuizamento de ação civil de responsabilidade pelos atos ímprobos a eles imputados findará em 31 de dezembro de 2019.” (Id. 27669526, página 06 da inicial, em PDF). A mesma situação de prescrição se verificaria em relação a empresa que firmou contrato com referido governo do Estado de Mato Grosso, e seus respectivos representantes legais. Outro aspecto a ser considerado, é que de acordo com a legislação em vigor, ressalvado o caso de ressarcimento ao erário, contemplando o descrito no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, a prescrição se trata de instituto indispensável à segurança jurídica, na medida em que nenhum indivíduo deve ficar à mercê de ações judiciais e/ou administrativas por tempo indeterminado. De fato, no que se refere à imprescritibilidade das cominações de cunho ressarcitório, trata-se de questão que restou pacificada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 852.475/SP (TEMA 897), fixou a seguinte tese: “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa”. Desta forma, no que se refere às demais cominações, o prazo prescricional definido pela Lei de Improbidade Administrativa deve ser respeitado; sendo que para os agentes que exercem mandato, ocupam cargos comissionados ou são

nomeados para funções de confiança; o prazo prescricional definido pelo art. 23, I, da Lei 8.429/92, é de 05 (cinco) anos, contados do término do mandato ou do vínculo temporário com a Administração Pública. Por esta razão, com a ressalva no que se refere às pretensões de ressarcimento ao erário, fundadas na prática de ato de improbidade doloso, a prescrição é a regra e deve ser respeitada, mormente considerando que a Lei nº 8.429/92 é silente no que concerne aos fatos interruptivos do prazo prescricional. Nesse aspecto, imperioso destacar que o Superior Tribunal de Justiça já sedimentou que, exatamente pelo mesmo motivo, qual seja, por ausência de previsão no art. 23, da Lei 8.429/92, “não se mostra possível decretar a prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa”. [2] Outrossim, uma vez demonstrada a utilização do instrumento processual de forma inadequada, entendo que carece à parte autora de interesse de agir, na modalidade adequação, autorizando a extinção do feito, sem resolução do mérito (art. 485, VI, CPC) E ainda, carece à parte autora, do interesse de agir, quanto a necessidade. Nos termos do art. 17, § 6º, da Lei de Improbidade Administrativa, a “ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer /dessas provas”. Contudo, no caso dos autos, o autor sequer explicitou quais os fundamentos que impossibilitaram o ajuizamento imediato da ação, cujo prazo pretendia interromper, se limitando a asseverar que “ a natureza dos fatos a serem apurados, mormente quanto à colheita de elementos de prova documental e/ou testemunhal, pode sofrer os mais diversos obstáculos” (Id. 27669526 - Pág. 7, do PDF). É certo que para o ajuizamento da ação improbidade, há a possibilidade de ter-se apenas de indícios da prática do ato ímprobo, podendo assim, a parte autora ingressar diretamente com a ação principal, ao invés de ajuizar esta ação. Ressalto ainda, que, por se tratar de matéria de ordem pública, a falta de interesse processual pode ser reconhecida de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado, nos termos o § 3º do art. 485, do Código de Processo Civil. A falta de interesse processual - adequação e necessidade - devem estar presentes, sendo que à falta de qualquer delas, faz com a parte torna-se carecedora do direito de agir, dando lugar ao indeferimento da petição inicial e/ou a consequente extinção do processo sem julgamento do mérito. Alexandre Freitas Câmara, em sua obra “O Novo Processo Civil Brasileiro”, afirma sobre o interesse de agir: “A aferição do interesse de agir se dá pela verificação da presença de dois elementos: necessidade da tutela jurisdicional (também chamada de “interesse-necessidade”) e adequação da via processual (ou “interesse-adequação”). Haverá interesse-necessidade quando a realização do direito material afirmado pelo demandante não puder se dar independentemente do processo. (...) Além disso, impõe-se o uso de via processual adequada para a produção do resultado postulado. Assim, por exemplo, aquele que não dispõe de título executivo não tem interesse em demandar a execução forçada de seu crédito, pois não é esta a via processual adequada para aqueles que não apresentem um título hábil a servir de base à execução (arts. 783 e 803, I)[3].” Assim, revendo minha decisão inicial para entender que o protesto judicial é incabível para interromper a prescrição no âmbito da improbidade administrativa, revogo a decisão lançada no id 27911910. Por consequência, uma vez ausente o interesse de agir, no binômio necessidade/adequação da via processual eleita, em face da situação de fato e dos pedidos apresentados, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Recolham-se os mandados de notificação expedidos, independentemente de cumprimento. Caso tenha sido publicado edital para conhecimento de terceiros, publique-se novo edital, tornando o anterior sem efeito. Preclusa a via recursal, intime-se os requeridos do trânsito em julgado da sentença (art. 331, § 3º do CPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de abril de 2020. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito [1] Carvalho Filho, José dos Santos. Improbidade administrativa: prescrição e outros prazos extintivos. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016, pág.111. [2] REsp 1721025/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 02/08/2018. [3] CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO CÍVEL

Processo Número: 1061308-50.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo: Advogado(s) Polo Ativo:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO OAB - 03.507.415/0018-92 (REPRESENTANTE)

Parte(s) Polo Passivo:

J. J. P. B. (REQUERIDO)
M. S. D. C. (REQUERIDO)
S. D. C. B. (REQUERIDO)
P. J. N. (REQUERIDO)

Outros Interessados:

T. I. (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO CELIA REGINA VIDOTTI PROCESSO n. 1061308-50.2019.8.11.0041 Valor da causa: R\$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Improbidade Administrativa]->PETIÇÃO CÍVEL (241) POLO ATIVO: Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Endereço: desconhecido POLO PASSIVO: Nome: SILVAL DA CUNHA BARBOSA Endereço: AVENIDA BRASÍLIA, 235, ED RIVIERA DAS AMÉRICAS, APTO 1901, JARDIM DAS AMÉRICAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-601 Nome: PEDRO JAMIL NADAF Endereço: Rua Buenos Aires, 193, Edifício Clarice Lispector, Apto n 1904, JARDIM DAS AMÉRICAS, CUIABÁ - MT - CEP: 78060-618 Nome: MARCEL SOUZA DE CURSI Endereço: RUA TAILÂNDIA, 173, JARDIM SHANGRI-LÁ, CUIABÁ - MT - CEP: 78070-150 Nome: JOAO JUSTINO PAES BARROS Endereço: RUA GENERAL RAMIRO NORONHA, 555, - LADO PAR, DUQUE DE CAXIAS I, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-272 FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO GERAL AO PÚBLICO DE TERCEIROS QUE EVENTUALMENTE TENHAM ENVOLVIMENTO NOS FATOS, para ciência formal da sentença abaixo transcrita que julgou extinto o processo tornando sem efeito o teor do edital anteriormente publicado. DECISÃO: (...) Assim, revendo minha decisão inicial para entender que o protesto judicial é incabível para interromper a prescrição no âmbito da improbidade administrativa, revogo a decisão lançada no id 27911910. Por consequência, uma vez ausente o interesse de agir, no binômio necessidade/adequação da via processual eleita, em face da situação de fato e dos pedidos apresentados, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Recolham-se os mandados de notificação expedidos, independentemente de cumprimento. Caso tenha sido publicado edital para conhecimento de terceiros, publique-se novo edital, tornando o anterior sem efeito. Preclusa a via recursal, intime-se os requeridos do trânsito em julgado da sentença (art. 331, § 3º do CPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de abril de 2020. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, SIRLENE RODRIGUES MACHADO GIMENEZ, digitei. CUIABÁ, 15 de abril de 2020. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte>

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO CÍVEL

Processo Número: 1061303-28.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

M. P. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)

Parte(s) Polo Passivo:

M. L. S. (REQUERIDO)
C. R. D. S. (REQUERIDO)
R. G. D. P. (REQUERIDO)
E. R. D. S. (REQUERIDO)
M. D. S. C. (REQUERIDO)
J. G. R. (REQUERIDO)
C. D. A. P. (REQUERIDO)
O. C. D. P. D. I. E. - M. (REQUERIDO)
A. C. M. E. S. (REQUERIDO)

Outros Interessados:

T. I. (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR Proc. 1061303-28.2019.8.11.0041. Vistos etc. Trata-se de pedido de protesto judicial, ajuizada pelo Ministério Público Estadual, em face de Mauro Luiz Savi; José Geraldo Riva; Célia Almeida Pestana; Objetiva Comércio de Produtos de Informática Eirelli; Augusto Cesar Menezes e Silva; Rodrigo Garcia da Paz; Edilson Rafael da Silva; Michele dos Santos Cruz; Carlos Roberto dos Santos, todos devidamente qualificados nos autos, com a pretensão de interromper o prazo de prescrição previsto no art. 23, I, da Lei 8.429/92, visando prevenir futura responsabilidade dos requeridos, em razão de suposta fraude e prática de ato de improbidade administrativa, por afronta aos princípios da administração pública. Pretende, também, manifestar a intenção de ingressar futuramente com a Ação Civil de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa. Narrou na inicial, que por meio do ICP-SIMP n. 000025-023/2016, se encontra sob apuração a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa, decorrente de suposta fraude envolvendo todos os requeridos, empresas e os agentes públicos, quando da realização de contratos com o Governo do Estado de Mato Grosso. Asseverou que o inquérito civil foi registrado após recebimento de documentos vindos da representação eleitoral n.º 64-70.2015.6.11.0001, que tratava de uma doação eleitoral acima do limite legal realizada pela empresa requerida Objetiva Comércio ao requerido José Geraldo Riva, para sua campanha ao governo do Estado de Mato Grosso no ano de 2014. Explicou que no curso da representação apurou-se a ocorrência de supostos atos ímprobos e dano ao erário estadual decorrentes de contratos firmados entre a empresa Objetiva Comércio e órgãos da administração estadual, bem como a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Saliu que devido a necessidade de ainda realizar várias diligências para esclarecer os fatos, fez-se necessário o ajuizamento desta ação, com o objetivo de interromper o prazo prescricional previsto no art. 23, I, da Lei 8.429/92, que ocorreria em 31/12/2019. Aduziu que o protesto judicial "é um dos meios hábeis a obstar a ocorrência da prescrição da ação civil de responsabilidade pelos atos ímprobos", conforme dispõe o art. 202, II, do Código Civil e art. 726, "caput", parágrafo 2º., do Código de Processo Civil. Prosseguiu descrevendo os atos em tese praticados pelos requeridos e, ao final, pleiteou que seja efetivada a intimação pessoal de todos os requeridos, para que tomassem ciência formal da interrupção do prazo prescricional da ação de responsabilidade por ato de improbidade, sobre a responsabilidade destes em relação aos fatos descritos e sobre a demonstração formal da sua intenção em ajuizar a ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa, tão logo finalizadas as investigações. A ação foi recebida em 10/01/2020, tendo sido determinada a notificação dos requeridos, na forma pleiteada na inicial (art. 726, parágrafo 2º, do CPC). O edital de intimação para conhecimento de terceiros foi expedido no ID 28111279 e ID 30116420. Contudo, diante da distribuição de outros processos, com objetivo semelhante a este, ao juízo Titular I desta Vara Especializada, Dr. Bruno D'Oliveira Marques, verifico a necessidade de mudar meu posicionamento anterior, visando resguardar a equidade e isonomia entre as decisões proferidas neste juízo e, especialmente, após analisar os fundamentos contidos nas decisões do referido juízo, em ações com o mesmo pedido e causa de pedir, do qual adotarei em minhas futuras decisões sobre o tema. Assim, chamo o feito à ordem e, revogo a decisão contida no id. 27911893 e, na oportunidade, passo a demonstrar as razões do meu novo posicionamento. Esclareço, primeiramente, que há a existência de

jurisprudência admitindo o cabimento da ação de protesto judicial, com o fim específico de se interromper a prescrição em ações de improbidade administrativa, pois, por isso, num primeiro momento, acatei os argumentos do requerente. Contudo, outros fatos relevantes devem ser considerados, pois não obstante a doutrina majoritária entenda que a ação de improbidade administrativa tem natureza cível, o art. 12, da Lei nº 8.429/92, ao tratar “das penas” pela prática do ato ímprobo, é heterogêneo, uma vez que impõe cominações que alcançam não só a pretensão referente ao ressarcimento, como também a outras sanções como: perda da função pública; a suspensão de direitos políticos; proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, além de multa civil. As cominações de cunho não ressarcitório, mesmo tendo natureza civil, ou seja, aquelas que não visam à perda dos bens e/ou valores ilícitamente acrescidos ao patrimônio ou o ressarcimento integral dos danos causados ao erário, tratam-se de cominações sancionatórias, de caráter nitidamente repressivo. Outrossim, no campo jurisprudencial, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em recente julgado, entendeu que, dada a natureza constitutiva e restritiva de direitos das sanções previstas na Lei 8.429/92, a ação cautelar de protesto não se aplica às ações de improbidade administrativa. Veja-se: “ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PROTESTO. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. NÃO CABIMENTO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NATUREZA CONSTITUTIVA E RESTRITIVA DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.429/92. AUSÊNCIA DE LEGÍTIMO INTERESSE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92) estabeleceu, em seu art. 23, incisos I e II, prazo prescricional para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, cujas regras processuais e procedimentais encontram-se ali traçadas, inexistindo qualquer previsão acerca da prescrição intercorrente. 2. Impossibilidade de manejo da ação de protesto com vista a interromper a prescrição no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa em razão da natureza punitiva das penas previstas na Lei nº 8.429/92, as quais restringem e restringem direitos do requerido, de sorte que o exercício da ação não pode ser prorrogado por inércia ou pelo conhecimento tardio dos fatos por parte do Ministério Público Federal (AC 0000069-89.2014.4.01.3908/PA, Rel. Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, Terceira Turma, e-DJF1 de 29/06/2018; AC 0000072-44.2014.4.01.3908, Rel. Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, Terceira Turma, e-DJF1 de 29/06/2018; e AC 0000073-29.2014.4.01.3908, Rel. Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, Terceira Turma, e-DJF1 de 29/06/2018). 3. Apelação não provida”. (TRF 1ª R.; AC 0000844-86.2017.4.01.3201; Terceira Turma; Relª Desª Fed. Mônica Sifuentes; DJF1 31/05/2019). Também, no mesmo sentido, ao tratar de outro artigo do Código Civil, o art. 191, o doutrinador José dos Santos Carvalho Filho pontua que o instituto da renúncia é inaplicável à prescrição da improbidade, apontando como fundamento justamente a “natureza da relação jurídica entre a Administração Pública e o administrado, que é tipicamente de direito público”. Assim pontua: “Finalmente, a renúncia da prescrição, como se pode observar nos termos da lei civil, é própria do direito privado e traduz eficácia adequada à relação entre credor e devedor. Não caberia, portanto, que, consumado o prazo prescricional, o agente que cometeu o ato de improbidade viesse a renunciar à prescrição, tanto de forma expressa, quanto tacitamente, pela prática de ato incompatível com o fenômeno prescricional. Consumada a prescrição, não há mais ensejo para que os legitimados deduzam a sua pretensão condenatória de improbidade, ressalvada, é claro, a hipótese de ressarcimento de prejuízos, que espelha pretensão imprescritível”. [1] Desta forma, verifico que as normas contidas no Código Civil, enquanto destinadas a disciplinar as relações estabelecidas entre particulares, não devem ser aplicadas extensivamente às relações que envolvam a Administração e/ou o Direito Público, como àquelas contidas na LIA. O requerente, neste caso, ajuizou a presente ação de protesto judicial, com o único objetivo de interromper a prescrição do prazo previsto no art. 23, inciso I, da Lei Federal nº 8.429/92. Conforme exposto na inicial, “o prazo prescricional para o ajuizamento de ação civil de responsabilidade pelos atos ímprobos a eles imputados findará em 31 de dezembro de 2019.” (Id. 27668502, página 06 da inicial, em PDF). A mesma situação de prescrição se verificaria em relação a empresa que firmou contrato com referido governo do Estado de Mato Grosso, e seus respectivos representantes legais. Outro aspecto a ser considerado, é que de acordo com a legislação em vigor, ressalvado o caso de ressarcimento ao erário, contemplando o descrito no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, a

prescrição se trata de instituto indispensável à segurança jurídica, na medida em que nenhum indivíduo deve ficar à mercê de ações judiciais e/ou administrativas por tempo indeterminado. De fato, no que se refere à imprescritibilidade das cominações de cunho ressarcitório, trata-se de questão que restou pacificada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 852.475/SP (TEMA 897), fixou a seguinte tese: “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa”. Desta forma, no que se refere às demais cominações, o prazo prescricional definido pela Lei de Improbidade Administrativa deve ser respeitado; sendo que para os agentes que exercem mandato, ocupam cargos comissionados ou são nomeados para funções de confiança; o prazo prescricional definido pelo art. 23, I, da Lei 8.429/92, é de 05 (cinco) anos, contados do término do mandato ou do vínculo temporário com a Administração Pública. Por esta razão, com a ressalva no que se refere às pretensões de ressarcimento ao erário, fundadas na prática de ato de improbidade doloso, a prescrição é a regra e deve ser respeitada, mormente considerando que a Lei nº 8.429/92 é silente no que concerne aos fatos interruptivos do prazo prescricional. Nesse aspecto, imperioso destacar que o Superior Tribunal de Justiça já sedimentou que, exatamente pelo mesmo motivo, qual seja, por ausência de previsão no art. 23, da Lei 8.429/92, “não se mostra possível decretar a prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa”. [2] Outrossim, uma vez demonstrada a utilização do instrumento processual de forma inadequada, entendo que carece à parte autora de interesse de agir, na modalidade adequação, autorizando a extinção do feito, sem resolução do mérito (art. 485, VI, CPC) E ainda, carece à parte autora, do interesse de agir, quanto a necessidade. Nos termos do art. 17, § 6º, da Lei de Improbidade Administrativa, a “ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer /dessas provas”. Contudo, no caso dos autos, o autor sequer explicitou quais os fundamentos que impossibilitaram o ajuizamento imediato da ação, cujo prazo pretendia interromper, se limitando a asseverar que “a instrução processual encontra-se em fase adiantada, todavia encontram-se pendentes algumas diligências tais como uma perícia e algumas oitivas que serão levados a efeito por este órgão ministerial, que poderão ocasionar demora inerente à apuração minuciosa dos fatos, razão pela qual há que se prevenir eventual ocorrência de prescrição. Observe-se que a natureza dos fatos a serem apurados, mormente quanto à colheita de elementos de prova documental e/ou testemunhal, pode sofrer os mais diversos obstáculos” (Id. 27668502 - Pág. 5, do PDF). É certo que para o ajuizamento da ação improbidade, há a possibilidade de ter-se apenas de indícios da prática do ato ímprobo, podendo assim, a parte autora ingressar diretamente com a ação principal, ao invés de ajuizar esta ação. Ressalto ainda, que, por se tratar de matéria de ordem pública, a falta de interesse processual pode ser reconhecida de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado, nos termos o § 3º do art. 485, do Código de Processo Civil. A falta de interesse processual - adequação e necessidade - devem estar presentes, sendo que à falta de qualquer delas, faz com a parte torna-se carecedora do direito de agir, dando lugar ao indeferimento da petição inicial e/ou a consequente extinção do processo sem julgamento do mérito. Alexandre Freitas Câmara, em sua obra “O Novo Processo Civil Brasileiro”, afirma sobre o interesse de agir: “A aferição do interesse de agir se dá pela verificação da presença de dois elementos: necessidade da tutela jurisdicional (também chamada de “interesse-necessidade”) e adequação da via processual (ou “interesse-adequação”). Haverá interesse-necessidade quando a realização do direito material afirmado pelo demandante não puder se dar independentemente do processo. (...) Além disso, impõe-se o uso de via processual adequada para a produção do resultado postulado. Assim, por exemplo, aquele que não dispõe de título executivo não tem interesse em demandar a execução forçada de seu crédito, pois não é esta a via processual adequada para aqueles que não apresentem um título hábil a servir de base à execução (arts. 783 e 803, I)[3].” Assim, revendo minha decisão inicial para entender que o protesto judicial é incabível para interromper a prescrição no âmbito da improbidade administrativa, revogo a decisão lançada no id 27911893. Por consequência, uma vez ausente o interesse de agir, no binômio necessidade/adequação da via processual eleita, em face da situação de fato e dos pedidos apresentados, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VI,

do CPC. Recolham-se os mandados de notificação expedidos, independentemente de cumprimento. Caso tenha sido publicado edital para conhecimento de terceiros, publique-se novo edital, tornando o anterior sem efeito. Preclusa a via recursal, intime-se os requeridos do trânsito em julgado da sentença (art. 331, § 3º do CPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de abril de 2020. Celia Regina Vidotti Juíza de Direito [1] Carvalho Filho, José dos Santos. Improbidade administrativa: prescrição e outros prazos extintivos. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016, pág.111. [2] REsp 1721025/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 02/08/2018. [3] CÂMARA, Alexandra Freitas. O novo processo civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO CÍVEL

Processo Número: 1061303-28.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

M. P. D. E. D. M. G. (REQUERENTE)

Parte(s) Polo Passivo:

M. L. S. (REQUERIDO)

C. R. D. S. (REQUERIDO)

R. G. D. P. (REQUERIDO)

E. R. D. S. (REQUERIDO)

M. D. S. C. (REQUERIDO)

J. G. R. (REQUERIDO)

C. D. A. P. (REQUERIDO)

O. C. D. P. D. I. E. - M. (REQUERIDO)

A. C. M. E. S. (REQUERIDO)

Outros Interessados:

T. I. (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ VARA ESP. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 20 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(*)JUIZ(A) DE DIREITO CELIA REGINA VIDOTTI PROCESSO n. 1061303-28.2019.8.11.0041 Valor da causa: R\$ 1.000,00 ESPÉCIE: [Improbidade Administrativa]->PETIÇÃO CÍVEL (241) POLO ATIVO: Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO Endereço: EDIFÍCIO SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL, AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, S/N SETOR D, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-928 POLO PASSIVO: Nome: MAURO LUIZ SAVI Endereço: RUA FELICÍSSIMO LEMOS DOS SANTOS, 540, apto 31, SANTA ROSA, CUIABÁ - MT - CEP: 78040-240 Nome: JOSE GERALDO RIVA Endereço: RUA SINJÃO CURVO, 207, SANTA ROSA, CUIABÁ - MT - CEP: 78040-030 Nome: CELIA DE ALMEIDA PESTANA Endereço: RUA I, 22, (MIRANTE DE CUIABÁ) quadra 03, BELA VISTA, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-522 Nome: OBJETIVA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI - ME Endereço: RUA VINTE E QUATRO DE OUTUBRO, 451, - ATÉ 471/472 sala 06, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-330 Nome: AUGUSTO CESAR MENEZES E SILVA Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 1347, apto 1202, Duque de Caxias, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-395 Nome: RODRIGO GARCIA DA PAZ Endereço: RUA JAIME VERÍSSIMO DE CAMPOS JÚNIOR, 15, (RES ALAMEDA), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-170 Nome: EDILSON RAFAEL DA SILVA Endereço: RUA PARAGUAI, 07, (COHAB A BELA) quadra c, SANTA ISABEL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78150-445 Nome: MICHELE DOS SANTOS CRUZ Endereço: RUA DO INDEPENDENTE, 442, (RES ALAMEDA), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-210 Nome: CARLOS ROBERTO DOS SANTOS Endereço: RUA CARLOS CASTILHO, (LOT C ESPORTIVO), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-722 FINALIDADE: INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO GERAL AO PÚBLICO DE TERCEIROS QUE EVENTUALMENTE TENHAM ENVOLVIMENTO NOS FATOS, para ciência formal da sentença abaixo transcrita que julgou extinto o processo tornando sem efeito o teor do edital anteriormente publicado. DECISÃO: (...) Assim, revendo minha decisão inicial para entender que o protesto judicial é incabível para interromper a prescrição no âmbito da improbidade administrativa, revogo a decisão lançada no id 27911893. Por consequência, uma vez ausente o interesse de agir, no binômio necessidade/adequação da via processual eleita, em face da situação de fato e dos pedidos apresentados, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VI,

do CPC. Recolham-se os mandados de notificação expedidos, independentemente de cumprimento. Caso tenha sido publicado edital para conhecimento de terceiros, publique-se novo edital, tornando o anterior sem efeito. Preclusa a via recursal, intime-se os requeridos do trânsito em julgado da sentença (art. 331, § 3º do CPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Cuiabá, 13 de abril de 2020. (Celia Regina Vidotti Juíza de Direito) E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, SIRLENE RODRIGUES MACHADO GIMENEZ, digitei. CUIABÁ, 15 de abril de 2020. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte>.

Varas Especializadas de Família e Sucessões

1ª Vara Especializada de Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO

Processo Número: 1000151-76.2019.8.11.0041

Parte(s) Polo Ativo:

NERI CORREA LEITE (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA OAB - MT214450-0 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

MARIA HONORIO (REQUERIDO)

JOAO PAULO DA VEIGA LEITE (REQUERIDO)

OTON HONORIO LEITE (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CUIABÁ 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CUIABÁ AVENIDA DESEMBARGADOR MILTON FIGUEIREDO FERREIRA MENDES, TELEFONE: (65) 3648-6000/6001, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78049-075 Nº do processo: 1000151-76.2019.8.11.0041 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Nos termos do art. 234 da Consolidação das Normas Gerais de Corregedoria - CNGC, procedo à intimação da parte autora, por meio do seu patrono, para que realize a impressão do Ofício expedido nos autos, visando efetivar o protocolo deste junto à devida instituição, com a manifestação nos autos da devida impressão e posterior comprovação do protocolo, no prazo de 5 (cinco) dias. Tal medida se faz necessária, para tentarmos dar agilidade no envio dessas correspondências que deixarão de ser enviadas pelo Setor de Expedientes do Fórum, ante a edição da Portaria-Conjunta nº 249, do TJMT, que decretou o fechamento das portas do Tribunal de Justiça, dos Fóruns das Comarcas do Estado de Mato Grosso e de quaisquer dependências do serviço judicial, no período de 20.03 a 20/04/2020 e posteriormente prorrogado até o dia 30/04/2020. CUIABÁ, 15 de abril de 2020 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela